

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR – *CAMPUS* DE VILHENA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TAMARA GONÇALVES NOBRE

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: O GRAU DE CONHECIMENTO DOS
CONTADORES DO CONE SUL DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso

Vilhena/RO
2018

TAMARA GONÇALVES NOBRE

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: O GRAU DE CONHECIMENTO DOS
CONTADORES DO CONE SUL DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Projeto de pesquisa apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Vilhena, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Elder Gomes Ramos

Vilhena/RO
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

N754c Nobre, Tamara Gonçalves.

Contabilidade Ambiental: o grau de conhecimento dos contadores do Cone Sul do Estado de Rondônia / Tamara Gonçalves Nobre. -- Vilhena, RO, 2018.

24 f. : il.

Orientador(a): Prof. Me. Elder Gomes Ramos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Contabilidade Ambiental. 2.Meio Ambiente. 3.Sustentabilidade. I.
Ramos, Elder Gomes. II. Título.

CDU 657:504

Bibliotecário(a) Renata C. Bulhões

CRB 11/1010

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: O GRAU DE CONHECIMENTO DOS
CONTADORES DO CONE SUL DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Por

TAMARA GONÇALVES NOBRE

**Artigo apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia, Curso
de Ciências Contábeis, para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis,
mediante a Banca Examinadora, formada
por:**

Presidente

Prof. Ms. Elder Gomes Ramos- Orientador/UNIR

Membro

Prof. Ms. Adelmo Pedro de Oliveira Junior/UNIR

Membro

Prof. Ms. Joelson Agostinho de Pontes/UNIR

**Vilhena/RO
2018**

CONTABILIDADE AMBIENTAL: O GRAU DE CONHECIMENTO DOS CONTADORES DO CONE SUL DO ESTADO DE RONDÔNIA

ENVIRONMENTAL ACCOUNTING: THE KNOWLEDGE LEVEL OF THE ACCOUNTANTS OF THE SOUTHERN CONE OF THE STATE OF RONDÔNIA

Tamara Gonçalves Nobre¹

RESUMO

Os contadores têm um vasto campo de atuação e assumem um papel de referência junto às empresas, para que as mesmas se mantenham organizadas burocraticamente e atuem na legalidade. Assim, diante da latente necessidade de conscientização frente às questões ambientais, o profissional da contabilidade pode desempenhar também o papel de verificar se as atividades desenvolvidas pelas organizações onde atuam são propulsoras de danos ao meio ambiente, quando possível extirpar o prejuízo ocasionado e, ou quando necessário apontar as ações que minimizem a degradação. Desta forma, a pesquisa que embasou este artigo foi realizada junto aos escritórios de contabilidade dos municípios que compõem o cone sul do estado de Rondônia, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Vilhena, para que fosse identificado o grau de conhecimento dos contadores que atuam nos referidos escritórios acerca da contabilidade ambiental. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, os procedimentos constituíram-se em estudo bibliográfico e levantamento de informações, realizados junto aos contadores dos referidos escritórios de contabilidade. A abordagem do problema foi qualitativa. Como resultado, verifica-se que os contadores afirmaram não realizar nenhuma ação na área da contabilidade ambiental. Um dos escritórios pesquisados afirmou reconhecer a relevância deste trabalho, mas que ainda não foram oportunizados a atuarem na área da contabilidade ambiental. Houve também aqueles que disseram não ser este o papel de um contador. Vale ressaltar que contadores que atuam em propriedades particulares como, por exemplo, em fazendas realizam atividades de compensação ambiental. No entanto, este campo de pesquisa aqui caracteriza uma sugestão de pesquisa.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Meio Ambiente. Sustentabilidade

ABSTRACT

¹Tamara Gonçalves Nobre – Graduada do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Vilhena, sob orientação do Prof. Ms. Elder Gomes Ramos.

Accountants have a wide field of action and assume a reference role with companies, so that they remain organized bureaucratically and act in the legality. Thus, in view of the latent need to raise awareness about environmental issues, the accounting professional can also play a role in verifying whether the activities carried out by the organizations in which they operate act as propellers of damages to the environment, when possible, remove the damage caused and, or where necessary to identify actions that minimize degradation. In this way, the research that supported this article was carried out next to the accounting officers of the municipalities that compose the southern cone of the state of Rondônia, Cerejeiras, Colorado do Oeste and Vilhena, so that the degree of knowledge of the accountants who work in said offices on environmental accounting could be identified. This research is characterized as descriptive, the procedures consisted in a bibliographic study and information gathering, carried out with the accountants of the mentioned accounting offices. The approach to the problem was qualitative. As a result, it turns out that the accountants stated that they did not take any action in the area of environmental accounting. One of the offices surveyed to recognize the relevance of this work, but they have not yet been given the opportunity to work in the area of environmental accounting. There were also those who said this was not the role of an accountant. It is worth mentioning that accountants who work on private properties, such as on farms, carry out environmental compensation activities. However, this search field here features a search suggestion.

Keywords:Environmental Accounting. Environment. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

O processo acelerado de globalização das últimas décadas gerou um crescimento da degradação ambiental, fazendo com que a temática de conservação do meio ambiente esteja em evidência há alguns anos. São constantes as discussões que abordam a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade, bem como as explicações cada vez mais claras sobre as consequências negativas da falta de preservação. Cresce de forma considerável os questionamentos de como utilizar ferramentas significativas que auxiliem no processo de controle da preservação do meio ambiente. A contabilidade ambiental surge, neste contexto, como uma importante aliada da gestão administrativa, tornando-se um diferencial para o atual mercado competitivo.

Desta forma, o profissional da contabilidade moderno é aquele que se dispõe a entender e corresponder às demandas de seu tempo; isto porque hoje já se sabe que a preservação ambiental longe de ser retórica abstrata constitui-se elemento fundante para a continuidade das ações de uma empresa.

Para Sá (2001), as exigências sociais e ambientais, aquelas do mercado, a luta imperialista, a velocidade extrema das comunicações, o progresso espantoso no processo da

informação, as aplicações científicas mais ousadas em quase todos os ramos do conhecimento humano, foram os fatores que inspiraram as modificações conceituais, também em Contabilidade.

E, é no intuito de realizar a ação contábil de forma consciente e responsável, podendo ser assim considerada, por levar em conta que o lucro momentâneo, sem vistas no futuro é em si um prejuízo eminente, que nesta pesquisa ora apresentada aborda-se a contabilidade ambiental, buscando identificar o grau de conhecimento dos contadores do cone sul do Estado de Rondônia, por ser este um tema que aos poucos vem sendo explorado no cotidiano de empresários e contadores.

Busca-se assim identificar a aplicabilidade da contabilidade ambiental pelos contabilistas do cone sul do Estado de Rondônia, considerando itens relevantes que abrangem o tema, como a DVA (Demonstração do Valor Adicionado) que permite acompanhar o desempenho de uma empresa a partir do que ela produziu a ser valorado.

É nesta valoração que a contabilidade ambiental assume sua relevância, por permitir apontar o zelo, ou a falta deste, por parte da empresa com a questão ambiental. No entanto diante do questionamento de qual seria a relação entre a DVA, o desempenho de uma entidade e o meio ambiente é possível afirmar que no contexto atual no qual já ficou provada a necessidade de evitar o esgotamento dos recursos ambientais, uma empresa que em qualquer uma das fases de produção admita o desperdício ou qualquer outra forma de irresponsabilidade no manuseio de recursos naturais, deve ter esta sua falha mensurada e documentada.

Mesmo com amplo avanço tecnológico que estamos vivenciando, infelizmente os processos de produção de muitas empresas ainda sofrem com desperdícios e contaminação de recursos naturais.

Para Brimson (1996) desperdícios constituem-se de atividades que frente ao cliente não agregam valor, mas geram gastos de tempo e dinheiro, adicionando custos desnecessários aos produtos. Exemplos dessas atividades são aquelas que, se eliminadas, não causam prejuízo ao desempenho da empresa.

O estado de Rondônia tem sua economia baseada em atividades agrárias, onde seus arranjos produtivos locais crescem de forma acelerada buscando o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Conseqüentemente, aumentam também os índices de desmatamento e degradações ambientais.

De acordo com pesquisa do IBGE, divulgada em 25 de setembro de 2015, a devastação de áreas florestais no Brasil entre 2000 e 2010 teve como maior responsável a expansão de atividades agrícolas.

Segundo IBGE, houve aceleração nos processos de mudanças na cobertura e uso da terra no país. A pesquisa aponta que entre 2010 e 2012, as mudanças na paisagem atingiram 3,5% do território brasileiro. Tal transformação, ocorrida em apenas dois anos, é equivalente à metade do observado no período de 10 anos, de 2000 a 2010.

Neste contexto, salientamos a importância da utilização de ferramentas para preservar os recursos naturais, e a contabilidade ambiental se torna uma prática de extrema relevância. Kraemer (2001) explica que, a contabilidade ambiental exerce um importante papel através de seus instrumentos de identificação, registro, acumulação, análise e interpretação das operações empresariais, viabilizando a classe, possíveis soluções através de uma gestão empresarial a variável ambiental, não somente com o objetivo de constar na legislação, mas por uma verdadeira conscientização ecológica

Diante disto, evidenciamos a necessidade de identificar o grau de conhecimento dos contadores do cone sul do estado de Rondônia, a respeito da contabilidade ambiental.

Tal identificação na realização da pesquisa se deu a partir da busca junto aos contadores que atuam nos escritórios de contabilidade dos municípios que compõem o campo da pesquisa, o cone sul do estado de Rondônia, como estão sendo discutidos os temas ambientais em suas organizações, para que assim seja evidenciado como a contabilidade ambiental vem objeto de trabalho dos profissionais da área contábil e assim constatar quão importante os contabilistas consideram a questão ambiental.

2 QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ATUAL

Atualmente tem havido uma preocupação constante acerca das questões ambientais, de modo especial a respeito das formas de preservação, o que demanda das empresas uma postura sustentável. Neste sentido Silva (2003), afirma que a preocupação ecológica da sociedade tem afetado o ambiente empresarial. Em razão disso, as empresas, para garantir sua posição no mercado competitivo atual, devem zelar pela qualidade dos serviços prestados, a partir de uma gestão atualizada.

Desta forma, a contabilidade ambiental está diretamente ligada não só a gestão de custos ou responsabilidade ecológica, mas, principalmente também a sua existência e

permanência, visto que hoje é sabida a condição finita dos recursos naturais. Neste sentido Costa (2012, p. 10) destaca:

“O desenvolvimento sustentável não deve ser visto como uma revolução, ou seja, uma medida brusca que exige rápida adaptação e sim uma medida evolutiva que progride de forma mais lenta a fim de integrar o progresso ao meio ambiente para que se consiga em parceria desenvolver sem degradar.”

É possível afirmar assim que se trata de mudança de olhar e atitude com a forma de gestão do consumo, com a utilização de recursos no processo de produção e/ou atuação empresarial.

Em razão disso, inserir a questão ambiental nas discussões e práticas contábeis caracteriza-se um fator relevante, visto que, não raro se ouve que em um passado muito próximo era nulo o cuidado com a preservação das fontes de recursos, abordando-se apenas a questão da responsabilidade. Em suas reflexões, Martins e Ribeiro (1995) afirmam:

Cabe a todas as áreas científicas e profissionais atuar na preservação e proteção ambiental. A área contábil pode e deve empenhar-se para que seus instrumentos de informação melhor reflitam o real valor do patrimônio da empresa, inclusive sobre o aspecto ambiental, dado que grande parte das alternativas que se tem apresentado para o seu controle e preservação são mensuráveis, portanto, passíveis de contabilização e informação à sociedade. (MARTINS; RIBEIRO, 1995, p. 38)

De acordo com a história das ciências contábeis, a contabilidade ambiental pode ser considerada recente. Contudo, considerando a realidade de uma empresa, é possível afirmar que além da referida questão, os cuidados ambientais latentes, no intuito de se evitar penalidades aplicadas pelos órgãos de gestão e fiscalização ambientais, se faz necessário considerar também a realidade atual na qual não se aceita mais a desatualizada máxima de que os fins justificam os meios. Pois, uma empresa que dispense os cuidados com a preservação ambiental e a manutenção das fontes de recursos pode se deparar com outras formas de pressão, a pouco impensadas, como aquela exercida pelo cidadão comum, uma vez que hoje o consumidor quer saber a origem do produto que está consumindo.

Com relação à Contabilidade Ambiental, De Luca (1998) destaca que:

As empresas têm de se ajustar a uma nova realidade, na qual os objetivos ambientais, além dos econômicos, passam a ter grande importância e têm de ser perseguidos vigorosamente. A batalha para a realização de bons negócios envolve agora, não somente a qualidade de seus produtos, como também a natureza de seus insumos e de sua capacidade poluente. As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de

bens permanentes de proteção a danos ecológicos, despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação. (DE LUCA, 1998, p. 29)

Neste sentido, novamente Costa (2012), ressalta que ter compromisso com a contabilidade ambiental não caracteriza a permanente harmonia e sim um contínuo processo de mudança. Isso porque hoje, a falta de cuidado com a forma de produção e gestão de recursos pode descaracterizar uma empresa no cenário onde esteja inserida.

Vale ressaltar que historicamente vem sendo marcada pela degradação ambiental, pois, no intuito de promover o “desenvolvimento” regional os gestores incentivavam o desmatamento, como apontado em uma publicação da Universidade Federal de Rondônia, 2003, p.9:

“[...] no linear de 1997 e fins de 1982, cerca de 230.064 migrantes procedentes principalmente dos estados do sul chegaram à Rondônia com a promessa de terras fartas, baratas e férteis para o plantio. Levados pelo sonho do “Eldorado” de Rondônia, muitas deixaram para trás o que possuíam, alguns apenas os familiares para conseguir um pedaço de terra, enfrentando toda e qualquer dificuldade e, o trabalho diuturno e incansável “derrubar matas, queimar, abrir estradas, preparar a terra, semear e colher” [...].”

Com o passar dos anos com o aprimoramento das técnicas de cultivo as pequenas propriedades, a agricultura familiar, foram cedendo espaço às grandes propriedades e uma maior inserção de tecnologias de cultivo, as quais, muitas vezes, aceleram a destruição dos recursos naturais.

Assim, se por um lado o estado vem se firmando como produtor, gerador de emprego e renda, por outro, o cenário ambiental tem se transformado radicalmente, pelo acelerado processo de degradação e derrubada de mata nativa, no intuito de realizar outras atividades de produção, o que fundamenta o estudo da contabilidade ambiental, visto que os produtores, proprietários das áreas degradadas serão os clientes dos contadores no exercício de sua profissão.

Diante do referido contexto, vislumbra-se das empresas a necessidade de uma gestão permanente, uma postura empresarial diferenciada na qual se considere a realidade atual; que observe no cotidiano a necessidade do manejo consciente dos recursos que garantem o funcionamento da empresa; e, sobretudo, se atente aos estudos e as tendências que apontam para as mudanças, para a relevância do aprimoramento, considerando a premissa contábil de que tão importante quanto poupar é a boa gestão de recursos, e, isso vale também para a contabilidade ambiental.

De acordo com Ribeiro (2005) a contabilidade pode demonstrar o interrelacionamento entre as empresas e o meio ambiente, como o patrimônio das entidades pode ser afetado em função de sua atuação com o meio ambiente e as ações das empresas para eliminar estas agressões. Ainda segundo o mesmo autor, a solução dos problemas de ordem ambiental exige o empenho de cada segmento da sociedade e dos diversos ramos do conhecimento, cada um contribuindo de acordo com suas habilidades práticas.

Considerando a necessidade de uma visão mais ampla, em detrimento à uma atitude imediatista na busca de resultados sustentáveis, se faz necessário implantar uma postura de aprimoramento constante que leve a uma forma de trabalho que esteja alicerçada ao consumo consciente no qual seja possível recompor sem extinguir.

Outra questão a ser evidenciada é o fato de que uma ação ambiental só é possível de ser realizada quando aceita por aqueles que devem promovê-la. Deste modo a ação aliada ao compromisso permeia a maneira de pensar, de agir e de construir-se enquanto pessoa e deve ser o plano de fundo de uma sociedade que chegou ao entendimento do que verdadeiramente é evolução.

Na atualidade é fundamental levar em consideração que a permanência de uma empresa está diretamente ligada ao modo de produção e consumo e à relação estabelecida com o risco de escassez ou a real escassez de recursos naturais, sendo esta uma inegável e visível situação.

Para Vellani e Ribeirão (2006) o desenvolver sustentavelmente, significa promover o desenvolvimento econômico juntamente com a preservação do meio ambiente, satisfazendo as necessidades da sociedade presente sem comprometer os recursos das sociedades futuras.

Quando há o entendimento de que a conscientização e a responsabilidade ambiental deixam cada dia mais de ser apenas tema de retórica e passa a ser um fator considerado por consumidores conscientes, se torna possível entender a urgência de uma gestão consciente.

O contador assim, deixa de se ocupar exclusivamente com o cumprimento burocrático de praxe, que muitas vezes permeia apenas o cumprimento da legalidade e da obrigatoriedade da empresa e auxilia seu cliente a zelar pela qualidade de produção. De forma que as empresas que não atuam diretamente na extração natural, se proponham a verificar a origem dos produtos que oferece a seus clientes.

3 RELEVÂNCIA DO ATIVO E PASSIVO AMBIENTAL

Ao se abordar o tema contabilidade se faz necessário esclarecer conceitos fundamentais como ativo, passivo, receita, despesa, gastos e custos, do mesmo modo, sob a ótica do segmento contabilidade ambiental, também é relevante se definir os referidos temas.

Da mesma forma como na contabilidade ativo é o capital que se tem, ou seja, o recurso com o qual se pode contar, na contabilidade ambiental, ativo ambiental é todo o recurso existente na empresa favorável às questões ambientais, como afirmam Martins e De Luca (1994, p. 26): “Ativos ambientais são todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental e devem ser segregados em linha à parte no balanço patrimonial, para permitir ao usuário melhor avaliação das ações ambientais da empresa”.

Assim, ativo ambiental é todo investimento no intuito de zelar pelo patrimônio, tanto no controle, quanto na conservação do patrimônio ambiental, ou mesmo para sanar algum dano resultante de uma ação danosa (COSTA, 2012).

De acordo com Paiva (2003) estes investimentos podem estar total ou parcialmente relacionados às questões ambientais, ou ao meio ambiente, visto que uma parte do ativo ambiental pode estar relacionada a aditamentos posteriores, visto que, muitas vezes as ações de controle ambiental podem ser de resultantes em longo prazo, como afirmam Tinoco e Kraemer (2011, p.154):

“Ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Se os gastos ambientais podem ser enquadrados nos critérios de reconhecimento de um Ativo, devem ser classificados como tais. Os benefícios podem vir através do aumento da capacidade ou melhora da eficiência ou da segurança de outros. Ativos pertencentes à empresa, da redução ou prevenção da contaminação ambiental que deveria ocorrer como resultado de operações futuras ou, ainda, através da conservação do meio ambiente.”

Trata-se assim também de ações preventivas, com vistas a um benefício futuro, de forma planejada, contabilizada, tanto sobre os bens ou direitos relacionados à efetivação de ações protetivas ou de recuperação do meio ambiente (OLIVEIRA FILHO, 2002).

Quando Costa (2012, p. 154) diz, “são bens adquiridos com a finalidade”, é possível destacar a intencionalidade, a gestão, a contabilidade, ou seja, se observa aí as premissas contábeis. Em razão disso verifica-se que não são simplesmente ações benéficas isoladas, mas sim atos contábeis devidamente analisados, calculados e mensurados.

Paiva (2003) por sua vez é ainda mais claro ao mencionar os termos gastos e investimentos, além de ressaltar a perspectiva de benefícios futuros. Ratifica-se aí que em virtude de uma necessidade, obtêm-se recursos e subsídios favoráveis ao consumo e produção conscientes, ou seja, lucrativas.

4 PASSIVO AMBIENTAL

Enquanto o ativo ambiental caracteriza-se por ser preventivo ou favorável às questões ambientais, o passivo ambiental diferencia por ser uma obrigação compensatória.

Segundo Leite (2011):

“O passivo ambiental corresponde ao investimento que uma empresa deve fazer para que possa corrigir os impactos ambientais adversos gerados em decorrência de suas atividades e que não tenham sido controlados ao longo dos anos de suas operações.”

Assim sendo, é possível afirmar que quando a aplicação de ações preventivas não surte efeito gera conseqüentemente o passivo ambiental. E, quando o dano ambiental ocorre, a empresa deixa de atuar de propiciar a preservação e conseqüentemente cria-se a necessidade de ações restaurativas, para que assim o dano causado seja minimizado.

Desta forma, no intuito de auxiliar na caracterização do passivo ambiental e ratificando a definição anterior, Garcia e Oliveira (2009), afirmam que o reconhecimento eficaz do passivo ambiental passa pela observação da relação da empresa com o processo de extração e utilização de recursos naturais, bem como, o grau de seriedade da mesma em relação a mensuração do montante de passivos ambientais.

Quanto à origem do passivo ambiental, estes são gerados quando a atividade empresarial usa e degrada o meio ambiente. Estes prejuízos podem ser diretamente ao solo, erosão, infertilidade, ou a poluição e destruição de mananciais, o ar ou qualquer outro fator que tenha como consequência a degradação ambiental. (COSTA, 2012).

Tinoco e Kraemer (2011) esclarecem e classificam o passivo ambiental em normal ou anormal. Sendo o passivo normal, aquele que se apresenta nocivo ao meio ambiente em um primeiro olhar, como por exemplo, um resíduo resultante de uma produção, uma sobra modificada da matéria-prima; se esta, a matéria-prima, de alguma forma, servir de insumo este passivo ambiental pode ser considerado normal. O passivo ambiental anormal por sua vez, tem muitas vezes, sua natureza química prejudicial e não pode ser reutilizada, podendo até demandar controle, no intuito de se evitar maiores danos, assim Tinoco e Kraemer (2011, P. 157-158) exemplificam:

“Pode-se citar como exemplo de passivos normais o vinhedo, resultante do processo de produção de álcool; anteriormente considerado nocivo ao meio ambiente, todavia, presentemente é utilizado na irrigação de lavouras de cana [...] Passivos ambientais anormais decorrem de situações não passíveis de controle pelas empresas e fora do contexto das operações. Exemplifica-se com um acidente ocorrido em um reservatório de material tóxico ou altamente poluente provocado por raio, terremoto, furacão ou outro evento aleatório.”

De maneira que por questões culposas ou involuntárias o passivo ambiental terá sempre a função de reduzir os prejuízos ambientais.

5 COMPOSIÇÃO DE RECEITA, DESPESAS E CUSTOS AMBIENTAIS

Receita constitui-se o angariar de recursos, seja tanto a aquisição financeira, quanto a redução de gastos, despesas. Ou ainda, receita é valor mensurável monetariamente, de um bem de qualquer natureza, que a entidade dispõe e que passa a compor o patrimônio líquido da empresa (IUDÍCIBUS, 2004).

Uma vez que como dito anteriormente, as receitas ambientais não possuem uma só origem, ela pode ter como finalidade o serviço de conservação e preservação ou o serviço de redução de impactos ambientais, podendo ser denominadas de Receitas Pró-Meio Ambiente, segundo (FERREIRA, 2011).

Garcia e Oliveira (2009), afirmam que o destino da receita ambiental diverge do conceito tradicional de receita contábil, em razão de seu objetivo ser a gestão ambiental por meio da redução de danos ambientais.

Deste modo, após observar a colaboração dos teóricos acima mencionados é possível afirmar que receita ambiental é o bem monetário ou ambiental que pode ser mensurado na contabilidade da entidade.

Quando falamos em despesa, Costa (2012, p. 83) afirma “despesas são os recursos consumidos, na forma de bens ou serviços necessários à produção de receitas em um dado período, [...] independente da forma ou momento do desembolso”.

As despesas ambientais por ocorrerem por razões diversas possuem também classificações diferenciadas. Assim, quando forem referentes à produção, serão considerados como custos; além disso, qualquer demanda de custeio que perpassa o processo de produção, estas serão classificadas como despesas (GOMES & GARCIA org., 2013).

Segundo (Tinoco e Kraemer, 2011), as despesas ambientais quando relacionadas diretamente à atividade principal da empresa devem ser evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício; ocorrendo também outras despesas decorrentes de fatos divergentes da principal atividade realizada, sendo ambas, relacionadas à gastos que a empresa tem com a gestão ambiental.

O que se pode observar é que os gastos e custos caracterizam-se como investimentos, os quais diferem de obrigações capitalizáveis.

Já os custos ambientais são gerados pelo consumo de recursos ocorridos na produção, e podem assim serem classificados se estiverem voltados especificamente ao controle e preservação ambiental (RIBEIRO, GONÇALVES E LIMA, 2002).

Segundo Tinoco e Kraemer (2011, p.145) “Os gastos ambientais apresentam-se em muitas das ações das empresas a todo o momento. Podem estar ocultos em etapas do processo produtivo e nem sempre são facilmente identificáveis, como design de novos produtos”.

Ainda, (Tinoco e Kraemer, 2011), fala de custos ambientais como custos externos, custos internos, custos indiretos e custos contingentes, ou ainda, custos potencialmente ocultos, custos convencionais, custos com contingências e custos de imagem e relacionamento, classificação diretamente relacionada à sua origem.

8 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Segundo Tinoco e Kraemer (2011, p. 74): “uma das formas que ampliam a capacidade de analisar o desempenho econômico e social das organizações é através do valor econômico que é agregado pelas empresas aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor esse denominado de valor adicionado”.

De acordo com (Costa, 2012), a demonstração de valor adicionado - DVA – como ferramenta gerencial pode ser índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza ou índice de avaliação do desempenho social, por possibilitar a demonstração de distribuição da riqueza gerada, a participação de cada um que fez parte daquele resultado, seja este o empregado, o governo, os agentes financiadores ou os acionistas.

A natureza esclarecedora da Demonstração de Valor Adicionado a torna um instrumento fundamental na contabilidade ambiental, exatamente por ser um instrumento da demonstração de valores que é constituído tanto por mercadorias, produtos serviços ou todo recurso adicionado à atividade de uma empresa.

Desta forma a DVA se torna um instrumento de grande valia ao profissional da contabilidade ambiental, pois esta não é exatamente uma tarefa simples, por objetivar, conhecer e divulgar todos os eventos ambientais.

Quando se trata de contabilidade ambiental, medir o tamanho de um benefício ao meio ambiente caracteriza-se em uma tarefa bem mais complexa que verificar o montante do capital de uma empresa em valores monetários.

Em razão disso (Costa, 2012), afirma que este é um ponto que está pouco avançado no que se refere à contabilidade ambiental em razão de alguns elementos patrimoniais serem

considerados intangíveis. Costa (2012), acrescenta ainda que embora complexa a mensuração das contas ambientais é fundamental para que a contabilidade as registre com valores confiáveis, procurando refletir a verdadeira posição em que a empresa se encontra com relação aos eventos ligados ao meio ambiente.

Ferreira (1999, p.9) apud Costa (2012, p.47), para facilitar o processo de mensuração dos eventos econômicos e financeiros relacionados ao meio ambiente descreve a necessidade de:

- Estabelecer como unidade de mensuração a unidade monetária;
- Permitir a avaliação dos ativos pelos benefícios futuros que eles poderão propiciar à entidade;
- Permitir a avaliação de passivos efetivos pelo valor presente da dívida;
- Permitir a provisão de passivos contingentes pelo valor presente da expectativa de restrições futuras sobre ativos;
- Representar capitais equivalentes em diferentes datas, permitindo a sua comparabilidade;
- Permitir que a moeda esteja isenta das variações em seu poder aquisitivo, ou seja, usar taxas de inflação que possam corrigir isso;
- Evidenciar os efeitos do tempo sobre os capitais, aplicando taxas de juros pertinentes a cada evento;
- Estabelecer um preço de transferência para os serviços prestados ou produtos gerados que venham a ser entregues a terceiros, neste caso, deve-se utilizar o preço de mercado à vista por um serviço de igual qualidade e especificação;
- Utilizar, para os consumos efetivos, o menor preço de mercado pelo seu valor à vista, para especificação e qualidade iguais.

A contabilidade ambiental, como o próprio nome indica, trata de temas relevantes à toda e qualquer atividade relacionada às questões ambientais, sendo imprescindível que se possa mensurar em moeda. E, sendo estas preventivas ou mesmo de recuperação ambiental. Conforme (Malafaia, 2004), para que seja elemento contábil devem ser registradas no balanço da empresa.

O objetivo da evidenciação contábil é informar, esclarecer a real situação financeira da empresa, bem como, seus aspectos sociais e ambientais. (TINOCO E KRAEMER, 2011).

Quando uma empresa investe em instalações e equipamentos antipoluição, como adoção de mecanismos de prevenção de problemas ambientais, com certeza a imagem desta empresa será valorizada pelos consumidores e, conseqüentemente, ela terá maior faturamento (COSTA, 2012).

9 BALANÇO SOCIAL

Um instrumento relevante à contabilidade ambiental o balanço social por ser utilizado para fornecer informações de caráter social e também evidenciar informações de caráter ambientais.

Tinoco e Kraemer (2011), acerca da origem do balanço social, afirmam que no Brasil passou a ser pesquisado a partir da década de 1980.

Ainda Tinoco e Kraemer (2011, p.63), definem balanço social como: "um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários".

A empresa utiliza como canal o balanço social para evidenciar e divulgar à sociedade, entre outras informações, seus investimentos no meio ambiente e na vida humana, quando evidencia ações de melhoria de qualidade de trabalho ou formação aos colaboradores.

Quanto aos objetivos do balanço social Kroetz apud Tinoco e Kraemer (2011, p.67), mencionam:

- a) revelar, em conjunto com as demais demonstrações financeiras, a estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar, através de indicadores e sociais, as contribuições da empresa à qualidade de vida da comunidade;
- c) abranger todo o conjunto de interações sociais que compreende clientes, fornecedores, governo, acionistas, investidores etc.;
- d) divulgar os investimentos realizados no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) compor um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão dos usuários diversos;
- f) medir os aspectos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade onde mantém relação de negócios;
- g) servir de instrumento para negociações laborais entre empresa, sindicatos, representantes dos empregados;
- h) classificar os objetivos e as políticas administrativas que possibilitem avaliar a entidade, em função não apenas do resultado econômico, mas também dos resultados sociais;
- i) ampliar o grau de confiança da sociedade em relação à entidade;
- j) verificar a participação dos trabalhadores no processo de gestão.

Entre as normas que apontam diretrizes para a elaboração do balanço social estão a NBCT 15* e a ISO 1400/14001**.

* NBCT 15 - 15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

**A ISO 14000/14001, aprovada em 1996, estabelece respectivamente as diretrizes básicas para o desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental dentro da empresa e a necessidade de auditorias periódicas, por organismos reconhecidos nacional e internacionalmente que atestem ações que garantam aspectos que garantam uma boa gestão ambiental, como o cumprimento da legislação ambiental.

De maneira geral é possível afirmar que o balanço social é um instrumento que visa garantir a transparência das ações de uma empresa, ações essas que devem garantir a preservação ambiental e estar em conformidade com a legislação ambiental.

10 MATERIAIS E MÉTODOS

A trajetória metodológica para realização deste trabalho foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002, p.42) é um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” e aplicação de pesquisa quantitativa que de acordo com Alyrio (2008, p.21) quantifica “o nível de conhecimento, opiniões, impressões, hábitos, comportamentos, procura observar o alcance do tema, do ponto de vista do universo pesquisado, em relação a um produto, serviço, comunicação ou instituição”.

A pesquisa fora dividida em duas fases: A primeira fase, de caráter exploratório realizou-se, inicialmente por meio da compilação, seleção, leitura e estudo para interpretação de materiais teóricos específicos acerca da Contabilidade Ambiental, Custos Ambientais, Receitas Ambientais, Gastos Ambientais, Ativo Ambiental, Passivo Ambiental, Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Balanço Social.

No intuito de fundamentar a pesquisa posteriormente foi elaborado um instrumento para a coleta de dados com questões objetivas que apontem para o esclarecimento de temas pertinentes à conscientização e exercício de preceitos da contabilidade ambiental.

A segunda fase, de caráter descritivo com aplicação, tabulação e descrição dos dados coletados, consistirá na aplicação dos instrumentos de coleta em Pesquisa de Campo com a utilização de formulário. Vale ressaltar que esta fase conclusiva da pesquisa tem a finalidade de identificar o nível de conhecimento dos contabilistas sobre as peculiaridades da Contabilidade Ambiental.

Após a aplicação do questionário junto a alguns contabilistas das cidades de Vilhena, Colorado do Oeste e Cerejeiras, situadas no Cone Sul do estado de Rondônia, os dados alcançados serão tabulados e apresentados, utilizando-se de percentuais com o objetivo de esclarecer e facilitar o entendimento e a melhor percepção dos resultados apurados e fundamentara a conclusão deste trabalho.

As cidades de Vilhena, Colorado do Oeste e Cerejeiras, situadas no Cone Sul do estado de Rondônia, foram escolhidas por situarem em uma área com predominância da agricultura extensiva e conseqüente desmatamento da mata nativa.

O universo, a população da pesquisa, somando os três municípios, conforme dados do CRC – Conselho Regional de Contabilidade local é composto por sessenta escritórios de contabilidade, sendo que o pretendido era que, no mínimo, trinta por cento destes compoñham a amostra da pesquisa.

No município de Cerejeiras seis escritórios receberam os questionários e três responderam. No município de Colorado do Oeste quatro escritórios receberam e todos responderam. Em Vilhena o questionário foi distribuído em quarenta escritórios, mas apenas quatorze participaram desta pesquisa.

11ANÁLISE DOS DADOS PESQUISADOS

Esta análise visa apresentar os resultados obtidos com a aplicação do questionário, bem como interpretar as respostas pertinentes ao conhecimento que os contadores têm a respeito da contabilidade ambiental.

Esta pesquisa, inicialmente, aborda o perfil profissional dos indivíduos que atuam nos escritórios contábeis da região. Em seguida, analisa o conhecimento dos profissionais a respeito da contabilidade ambiental.

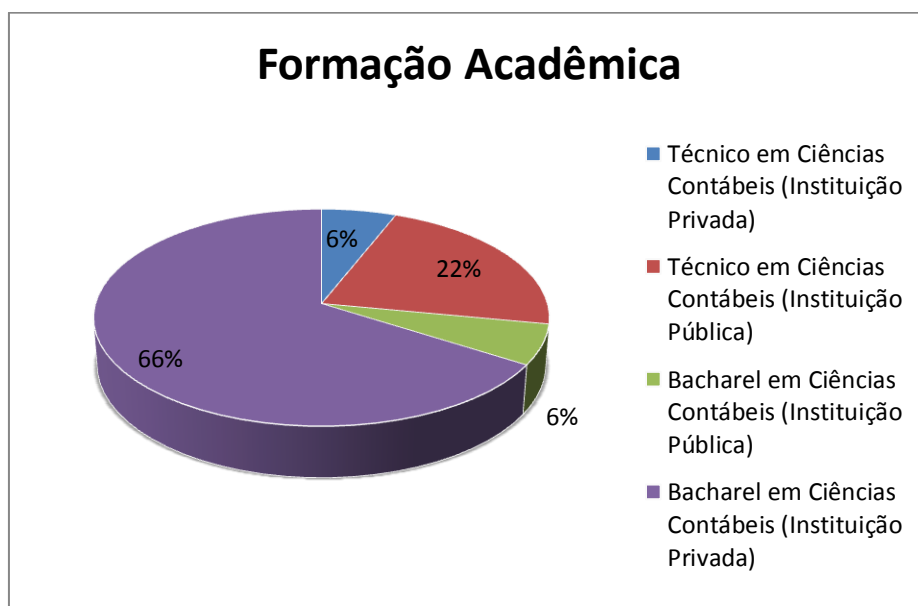


Figura 1: Formação acadêmica dos profissionais que atuam nos escritórios contábeis no Cone Sul de Rondônia. Fonte: Dados da pesquisa (2018)

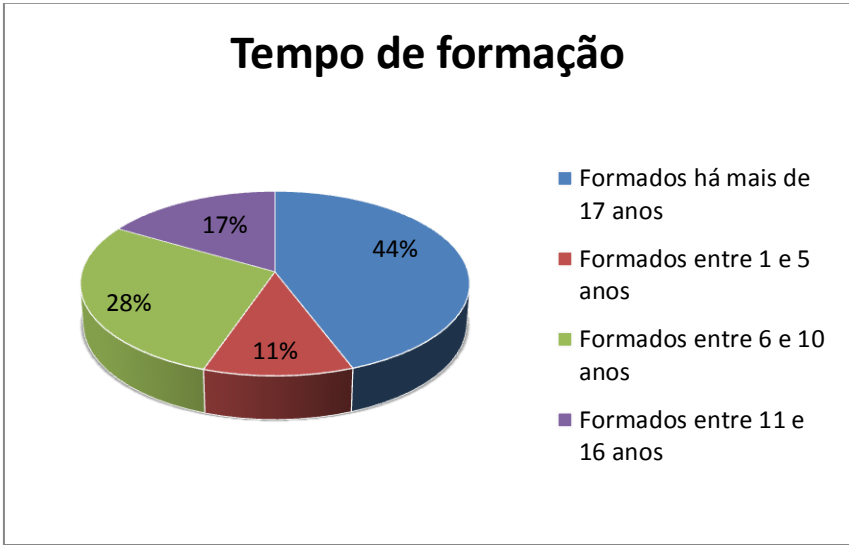


Figura 2: Tempo de formação dos profissionais que atuam nos escritórios contábeis no Cone Sul de Rondônia. Fonte: Dados da pesquisa (2018)



Figura 3: Profissionais que cursaram disciplina de Contabilidade Ambiental ou correlata durante a formação acadêmica. Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Participação em evento, congresso ou palestra sobre Contabilidade Ambiental

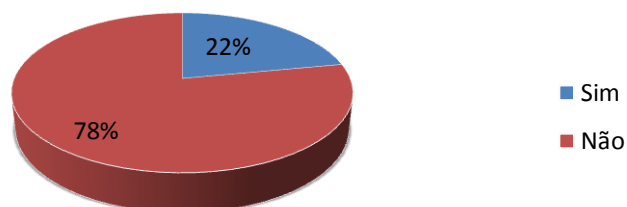


Figura 4: Profissionais que participaram de eventos na área de Contabilidade Ambiental. Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Acreditam que a literatura existente sobre Contabilidade Ambiental é clara e objetiva

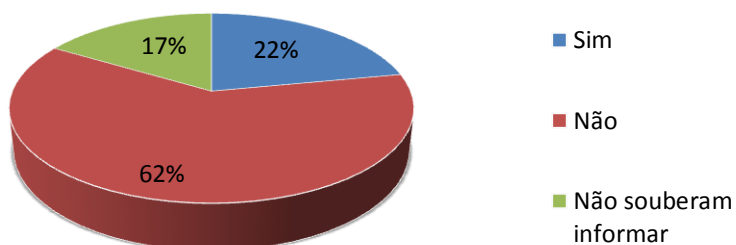


Figura 5: Conhecimento a respeito da literatura existe sobre Contabilidade Ambiental. Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Razão de não conhecer a respeito de Contabilidade Ambiental

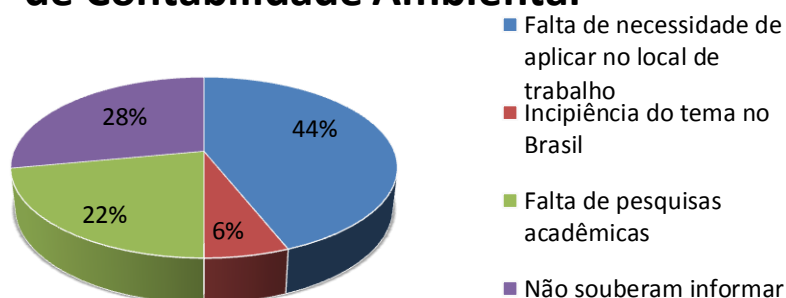


Figura 5: Conhecimento a respeito de Contabilidade Ambiental. Fonte:
Dados da pesquisa (2018)

11.1 Perfil dos profissionais contábeis do Cone Sul de Rondônia

A partir dos dados obtidos, verifica-se que 72% dos entrevistados são Bacharéis em Ciências Contábeis e 28% são Técnicos em Ciências Contábeis. Os profissionais que atuam neste ramo tem tempo de formação diversa, mas uma grande parte está com mais de 17 anos de formação (44%).

Os dados obtidos quanto aos estudos e conhecimentos a respeito da Contabilidade Ambiental, 94% não tiveram acesso a este tema durante o período de formação acadêmica, 78% nunca participaram de algum evento deste tema, 61% acredita que a literatura existe no tangente a Contabilidade Ambiental não é clara, e 44% alegam não conhecer a respeito da contabilidade ambiental por não haver necessidade de aplicação no cotidiano.

Estes dados são extremamente preocupantes, uma vez que o Estado de Rondônia tem sua economia voltada de forma relevante para o agronegócio.

11.2 Conhecimento dos profissionais sobre Contabilidade Ambiental

Após síntese das respostas obtidas com a aplicação do questionário, ficou claro que a maior parte dos profissionais que atuam nos escritórios de contabilidade no Cone Sul de Rondônia não possuem conhecimento suficiente, ou até mesmo conhecimento nenhum, sobre Contabilidade Ambiental.

Outro fator que deve ser mencionado, é que 72% dos profissionais que participaram deste estudo não realizam cursos de aperfeiçoamento e não participam de palestras e treinamentos voltados para melhorar a atuação profissional.

O não acesso ao tema é devido a grande parte dos profissionais serem formados há mais de dez anos, quando não havia oferta desta disciplina em grande parte das instituições de ensino da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade ambiental visa apresentar os resultados da interação das atividades de empresas com o meio ambiente, tentando encontrar a melhor maneira para um desenvolvimento econômico sustentável e equilibrado.

Esta área da contabilidade ainda é pouco abordada e não tem recebido a mesma importância que outros temas contábeis. Evidenciou-se que os profissionais da área contábil que atuam no Cone Sul de Rondônia não possuem um nível de conhecimento satisfatório sobre a Contabilidade Ambiental. Os agravantes deste cenário é a falta de oferta da disciplina na grade curricular dos cursos, falta de informações, de leituras da área e a não participação dos profissionais em eventos que abordem esta temática.

Os profissionais da área devem estar atentos aos avanços regionais e precisam incorporar as questões ambientais e ecológicas nos seus registros, nas contabilizações e na divulgação das informações contábeis.

Na pesquisa objeto deste artigo, é possível verificar, de acordo com as informações levantadas, que a contabilidade ambiental não tem seu devido valor reconhecido, embora seja essencial para controlar e planejar as atividades de diversas empresas na nossa região.

Diante dos resultados obtidos é necessário que seja realizada uma reflexão sobre a divulgação da Contabilidade Ambiental. Os contadores precisam estar aptos a atender uma demanda crescente que há por profissionais qualificados no mercado de trabalho, principalmente perante a ascensão das discussões a cerca do desenvolvimento sustentável.

Sá (2001) menciona que o contador precisa estar presente neste cenário, com a disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta e prosperidade das sociedades. Deverá ser o agente capaz de disseminar a responsabilidade social na sua organização e nas empresas a quem presta serviços. É ele o detentor de informações ricas e privilegiadas, e capaz de influenciar positivamente as organizações e contribuir para a tomada de decisão.

Conforme descreve Sá (2001), o gestor precisa estar informado e orientado sobre seus negócios, em face do que ocorre com seus investimentos, para isso, precisa do profissional de contabilidade. Onde o natural, como ético, é que a profissão esteja a serviço do social.

Sendo assim, é necessário que se faça uma análise a respeito do repasse de conhecimento da Contabilidade Ambiental aos profissionais contábeis. Há uma demanda

crecente de atuação nesta área, e torna-se imprescindível que estes profissionais estejam capacitados para exercer sua profissão na totalidade.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, R.D. **Metodologia Científica**. PPGEN: UFRRJ, 2008

BRIMSON, J. **Contabilidade por atividades**: uma abordagem de custeio baseado em atividades. São Paulo: Atlas, 1996.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade Ambiental**: mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2011.

GARCIA, Ronise Siqueira Mendes; OLIVEIRA, Daniele Lopes. **Gestão & Tecnologia** - Faculdade Delta - ISSN 2176-2449. P. 14. Edição I setembro/outubro 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, S. M. da S.; GARCIA, C. O. (org.). **Controladoria ambiental**: gestão social, análise e controle. São Paulo. Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 7. Ed. São Paulo: Atlas. 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

KRAEMER, M.E.P. Contabilidade Ambiental como sistema de informações. Revista Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte – MG, v. 12, n. 3, p. 71-92, dez. 2001. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197018331005> >. Acesso em: 18 de julho de 2018.

LEITE, Mauro. **Passivo Ambiental**. Disponível em: <http://www.marsh.com.br/auto.cfm?myurl=marsh/Passivo%20Ambiental.cfm>> Acesso em 05 julho de 2018.

MALAFAIA, R. M. S. **Passivo Ambiental**: Mensuração, Responsabilidade, Evidenciação e Obras Rodoviárias. Disponível em: <http://www.tce.ba.gov.br/images/passivo_ambiental_mensuracao.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2018.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Ecologia via contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. CFC, ano 23, nº 86, março 1994.

MARTINS, Eliseu; RIBEIRO, Maísa de Souza. **A informação como instrumento de contribuição da Contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. IBRACON, Boletim nº 208, São Paulo, 1995.

OLIVEIRA FILHO, M. L. de. **A auditoria ambiental como ferramenta de apoio para o desempenho empresarial e a preservação do meio ambiente:** uma abordagem contábil e gerencial em indústrias químicas. 182 p. Dissertação de Mestrado. Miguel Lopes de Oliveira Filho. São Paulo: FEA/USP, 2002.

PAIVA, P. R. **Contabilidade Ambiental:** Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, M. de S. GONÇALVES; LIMA, R. C. M. **Aspectos de Contabilização do Passivo e Ativo Ambientais nas Termelétricas Brasileiras.** Revista de Contabilidade (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo). São Paulo: ano VI, nº.20, p.04-12, jun.2002.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **O tratamento contábil dos créditos de carbono.** Ribeirão Preto, 2005. 90 p. Tese de livre docência apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, campus de Ribeirão Preto/USP – Departamento de Contabilidade.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perfil do contador moderno.** Jornal do CRC – MG, Belo Horizonte – MG Set/2000.

SÁ, Antônio Lopes de. **A função social do contabilista.** Revista Mineira de Contabilidade. Belo Horizonte – MG jun/2001.

SILVA, B. A. **Contabilidade e meio ambiente.** Considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais. São Paulo. Annablume, 2003.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VELLANI, C. L.; RIBEIRÃO, M. S. **A Sustentabilidade e a Contabilidade.** In: Simpósio de administração da produção, logística e operações internacionais, 2006, São Paulo. Anais do IX SIMPOI. São Paulo: FGV/EAESP, 2006. Disponível em: http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2006/artigos/e2006_t00241_pcn74374.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2018.

_____. **IBGE:** Agricultura é maior responsável por desmatamento de florestas no país. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2015/09/25/fronteiras-agricolas-sao-maiores-responsaveis-por-desmatamento-diz-ibge.htm>. Acesso em 18 de julho de 2018.